



OPINIÃO

Uma atitude inteligente



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Recentemente a imprensa noticiou que algumas das famílias mais ricas de França e de outros países manifestaram o desejo de contribuir, de uma forma mais significativa – entenda-se, pagando mais impostos – para ajudar a vencer a crise económica que, como uma espécie de “praga”, vai alastrando pela Europa fora.

Com o devido respeito por outras interpretações, este é um gesto que revela um profundo conhecimento do funcionamento da economia e da necessidade de se encontrar os equilíbrios adequados para a sua sustentabilidade.

Da forma como analiso aquele pedido de maior participação, ele corresponde, antes de mais, a um nobre ato de cidadania e revela uma consciência profunda de que a economia, o seu crescimento e a sua sustentabilidade são bem mais simples do que por vezes o julgamos.

Aqueles cidadãos ricos perceberam que para que a economia funcione é necessário haver quem compre, e para que as pessoas possam comprar têm de ter dinheiro.

Ora, se apenas sobrecarregarmos uma determinada classe social com os sacrifícios que a crise exige, então os cidadãos verão diminuídas as suas receitas de forma drástica, o que tem como consequência imediata a indisponibilidade para comprar (adquirir), não só, muitas vezes, o essencial para a sobrevivência, mas também o que poderá ser considerado supérfluo, mas que é por eles consumido.

A consequência imediata e óbvia é deixar de comprar ou então comprar apenas o essencial.

Mas se os cidadãos não comprarem, não haverá necessidade de produzir e, não havendo necessidade de produzir, gera-se o desemprego, a que corresponde maiores encargos para o Estado, o que por sua vez requer necessidades financeiras anormais. Situação que agravará ainda mais as finanças públicas no imediato.

É evidente também que se não

houver produção então também não se rentabilizam os investimentos efetuados nas empresas, nem mesmo os detentores do seu capital veem o respetivo património crescer por efeito da diferença entre o preço de custo e o preço de venda.

Quem tem as verbas aplicadas nas empresas, em ações ou noutros produtos, vê-se a braços com uma perda de valor dos seus ativos, o que vai contra a forma dinâmica que o capital deve ter na sustentabilidade e crescimento da riqueza.

Mas o que mais contrasta com as notícias de os ricos quererem contribuir mais e as ideias que, em minha opinião, as sustentam, é a forma como em Portugal visionamos os detentores do capital, tomando por vezes decisões ou atitudes que vão exatamente contra a própria dinâmica da essência financeira e, conseqüentemente, contra os objetivos para que o mercado está vocacionado.

O que é que será melhor para quem tem valores investidos na bolsa? Será fazer hoje um sacrifício perfeitamente controlado para ajudar a vencer a crise, ou ver os valores das ações a caírem permanentemente reduzindo à insignificância financeira o seu valor?

Os fantasmas com que muitas vezes idealizamos este género de questões, em vez de ajudar, acabam por cavar de forma psicológica cada vez mais fundo as diferenças sociais, dando uma imagem dos investidores financeiros uma espécie de “vacas sagradas”, que ninguém pode perturbar, com o argumento de que os capitais podem fugir para outros países, acabando por os remeter para uma

espécie de “gueto”, fazendo deles “outsiders” da vida social, o que de facto, não faz sentido.

Da forma como interpreto as reações da sociedade portuguesa, com especial relevo para as palavras do Presidente da República, independentemente da forma, há a necessidade de chamar a salvar o país quem mais pode e que, em princípio, também mais beneficiará com a solução, a mais equilibrada possível, para o problema da crise económica.

Claro que a forma mais fácil e menos dispendiosa para os gestores públicos é, indiscutivelmente, os ganhos do trabalho, pois basta fazer uma lei e remeter para as empresas e empresários a responsabilidade de reter e entregar ao Estado os valores “para a crise”. Mas hoje, com todo o desenvolvimento tecnológico e a informação que circula, não será muito difícil conceber um mecanismo ou processo em que, de forma equilibrada, se peça a todos a participação na solução deste problema. Um problema que também é de todos. Incluindo os mais ricos.

O imposto sucessório pode constituir um meio, muito embora concorde que as condições em que ele se gera não serão as mais adequadas para pedir o concurso dos cidadãos.

A tributação do património, no sentido lato de manifestação de riqueza e desde que salvaguardados valores razoáveis na sua aplicação, é uma outra alternativa, que visa tributar o património excedente, manifestação de potencialidade económica dos seus titulares.

Qualquer que seja a forma de intervenção daqueles que mais podem, penso que o mais importante é que se criem condições para a sua participação, fazendo do esforço de todos os cidadãos na recuperação das finanças públicas um ato de salvação nacional, em que ninguém, salvo situações de indigência, fique de fora.

Todos ganharemos com uma rápida recuperação da economia, mas diz-nos a história que são exatamente os que têm mais possibilidades financeiras que mais ganham.

Daí eu considerar que a participação na resolução da crise económica portuguesa, especialmente dos mais ricos, constitui um ato de inteligência, pois quanto mais depressa ela for resolvida, mais facilmente põem os seus valores a render. ■

Escrito de acordo com o acordo ortográfico

“

A participação na resolução da crise económica portuguesa, especialmente dos mais ricos, constitui um ato de inteligência, pois quanto mais depressa ela for resolvida, mais facilmente põem os seus valores a render.